

A Economia Política do Império Alemão: condição histórica, bancos e cartéis

Luiz Felipe Brandão Osório¹

Resumo

O artigo visa a analisar o processo de industrialização, o viés bem-sucedido do caminho peculiar tomado pelo Estado alemão, a partir da década de 1840 até 1914, com ênfase no papel dos bancos e dos cartéis, em meio ao (des)equilíbrio interno de forças políticas e das disputas sistema interestatal. A metodologia aplicada abarca autores de história econômica e de economia política com uma visão crítica e alternativa, como Richard Tilly, Gerschenkron, Hilferding, Clapham, Kreps, José Carlos Braga e Vânia Cury. Com isso, a pesquisa chega a resultados que contrapõem as premissas liberais de ineficiência da economia dirigida pelo Estado e calcada em monopólios. Por fim, conclui-se que a modernização industrial alemã sem transformações sociais e políticas, estratégia conservadora e pragmática que impulsionou a unificação territorial e que transformou a Alemanha em uma das maiores potências industriais do mundo, foi, contudo, eclipsada pelo fracasso da modernização política.

Palavras-chave

Alemanha, modernização, economia política, bancos, cartéis.

Abstract

The essay aims at analyzing the industrialization process, the successful aspect of Germany's peculiar way of modernization, triggered from 1840 to 1914. The analysis remarks the role of banks and cartels in the context of intestine forces and interstate disputes. The applied methodology involves historical economy and political economy authors that have an alternative and critique view, such as Richard Tilly, Gerschenkron, Hilferding, Clapham, Kreps, José Carlos Braga e Vânia Cury. This research results in conclusions that oppose liberal postulates of inefficiency from State and based on monopolies economies. Therefore, it can be concluded that German industrial modernization with no political and social transformations, a reactionary and pragmatic strategy that boosted territorial unification and lead Germany into the cluster of worldwide great powers, was, however, tarnished by the lack of political modernization.

Key words

Germany, modernization, political economy, banks and cartels.

¹ Mestre e Doutorando em Economia Política Internacional pela UFRJ. Contato: luizfelipe.osorio@gmail.com.

I. Introdução

A constituição da Alemanha, como Estado-nação², é um processo peculiar e complexo, que envolve aspectos políticos e econômicos internos e externos. Fruto dos desdobramentos da balança de poder europeia dezanovesca que viabilizou a emergência de uma potência no centro do continente europeu, a formação da Alemanha desequilibrou o arranjo geopolítico das nações. Em meio a um contexto de elevação das tensões interestatais, as potências tradicionais europeias, que se digladiavam pela conquista de áreas de influência, sofreram a concorrência de atores retardatários³, como o Estado alemão, que via na unificação e expansão territorial uma resposta adequada à pressão competitiva.

Diferentemente de seus congêneres europeus a oeste, a formação deste Estado germânico não passou pela revolução dual⁴, política e econômica, que guiou o processo de modernização na Europa. Devido a uma série de circunstâncias históricas, a Alemanha seguiu um caminho alternativo⁵ (*Sonderweg*) na transição da organização socioeconômica feudal para a capitalista. Pelo lado econômico, iniciou seu processo de industrialização de forma tardia, porém, bem-sucedida; pelo lado político, sua elite conservadora evitou mudar substancialmente suas estruturas e seu projeto de potência fracassou. Essa dialética de êxitos e insucessos permeou todo o processo rumo à unificação territorial e a consolidação do Império até a eclosão da I Guerra Mundial.

Com base na literatura especializada⁶, a intenção deste artigo é analisar o processo de industrialização, o viés bem-sucedido do caminho peculiar tomado pelo Estado alemão, a partir da década de 1840 até 1914, com ênfase no papel dos bancos e dos cartéis, em meio ao (des)equilíbrio interno de forças políticas. Diante do exposto, para fins didáticos, o artigo será dividido em cinco partes.

O primeiro capítulo cuidará de uma sucinta apresentação histórica do processo de formação do Estado alemão, abordando os aspectos particulares de sua constituição, com fulcro na elite política prussiana, responsável por liderar a modernização conservadora.

² Conceito construído ao longo século XIX, que tem na Revolução Francesa seu embrião, sendo desenvolvido com base na percepção liberal de nacionalismo. Essa noção envolve o poder do Estado dentro de seu limite territorial como soberano e inquestionável, no qual exerce exclusivamente o poder de coerção sobre seus cidadãos, que se identificam por símbolos, que são, por vezes, criações forjadas de identidade comum.

³ No sentido de chegar com atraso, posteriormente, à corrida imperialista europeia, eclodida desde o século XV.

⁴ Expressão cunhada por Eric Hobsbawm que faz referência às Revoluções Francesa e Industrial, ocorridas a partir do século XVIII, conhecido como era das revoluções, de cunho, respectivamente, político e econômico, por qual passaram outros Estados europeus, em maior ou menor grau, França e Inglaterra, por exemplo.

⁵ *Sonderweg* seria o caminho alternativo, diferente, peculiar, no idioma germânico.

⁶ Expressão faz referência à bibliografia utilizada como substrato teórico do artigo.

O segundo tratará da contextualização da industrialização alemã, sobretudo ressaltando sua debatida condição retardatária, em relação às potências pioneiras da época, relativizando-a e expondo suas particularidades.

O terceiro abrangerá a relevância do papel dos bancos alemães no cenário industrializante, que exerceram função ímpar e explícita de fomentadores das indústrias nascentes prioritárias, formando, com estas, grandes conglomerados de enorme influência na política interna.

O quarto expõe a importância dos cartéis nessa dinâmica, pois, diferentemente da noção pejorativa⁷ recebida após a II Guerra Mundial, eram considerados como forma legítima e regulada por lei de proteção de sua economia nacional ante as crises externas e imperfeições mercadológicas.

Por fim, o quinto trecho do artigo tecerá uma conclusão crítica e sucinta, com base na perspectiva adotada, sobre as consequências do processo reativo de modernização alemã, ao longo do qual o conservadorismo da aristocracia prussiana se revelou insustentável, acirrando ainda mais as tensões internas, bem como moldou os rumos do Império Alemão e o levou para direções inimagináveis e incontroláveis.

Dessa forma, para entender os rumos do processo modernizante, no território que viria a constituir a Alemanha, é imperioso analisar a questão alemã⁸ em seu contexto histórico.

II. Contexto Histórico

Desde a criação do Sacro Império Romano-Germânico⁹, no século X, a nação alemã pode ser considerada um ator relevante nos grandes acontecimentos políticos no centro da Europa. Esse espaço germânico, que emergiu com Carlos Magno e se consolidou com Oto, o Grande, apesar da falta de coesão política, identificava-se nos fatores linguísticos e culturais e abrangia limites territoriais que extrapolam os da atual Alemanha, englobando partes da Europa Oriental.

⁷ Visão que relaciona os cartéis a regimes políticos autoritários e a uma economia deficiente.

⁸ Questão alemã é aqui entendida como todo o processo histórico que envolveu a formação de um Estado unificado pelos diversos reinos germânicos no coração do continente europeu.

⁹ A denominação do Império que, com a coroação de Otto, o Grande, se formou a partir de 962 e a partir de 1512 ficou conhecido oficialmente por Sacro Império Romano de Nação Germânica, expressava, por um lado, o direito de posse na sucessão do antigo Império Romano, e, por outro, queria ressaltar o papel sacro do império. O Reich existiu por mais de 8 séculos, até quando o imperador Habsburgo Francisco II, logo depois da formação da Liga Renana e por imposição de Napoleão, abdicou a coroa.

Divergências religiosas e de projeto de poder impediam maiores aproximações. A destruição causada pela Guerra dos Trinta Anos contribuiu ainda mais para retardar uma possível centralização política na posição cardinal do continente europeu.

A derrota para o exército napoleônico¹⁰ e a conseqüente dissolução do Sacro Império Romano-Germânico, bem como a nova configuração mundial de poder, baseada na *Pax Britannica*¹¹, apareceram como ponto de inflexão no desdobramento do processo de unificação. Em reação às derrotas nas Guerras Napoleônicas e legitimadas pelo Congresso de Viena, Prússia e Áustria fortalecem-se, ainda que esta polarizasse, naquele momento, a liderança da recém-instituída Confederação Germânica¹².

Nesse momento, Prússia e Áustria, os dois maiores e mais relevantes reinos germânicos, passaram a disputar a condução de um possível Estado germânico. Enquanto a Prússia, então potência de segunda ordem, devido à falta de conectividade com os mercados financeiros e à predominância dos interesses agrários, buscava ascender na balança de poder europeia; a Áustria figurava entre as grandes forças do continente, malgrado sua constante perda de poder relativo ao longo dos séculos. Com o decorrer do tempo, a Casa dos Habsburgo seria desafiada na disputa pela hegemonia na área germânica pelos *Hohenzollern*¹³, o que se revelou de grande importância estratégica nos movimentos da balança de poder europeia.

O Reino da Prússia, cujas raízes embrionárias são definidas por Barrington Moore Jr. (MOORE JR., 1966: p. 436) como: “*The result in the seventeenth and eighteenth centuries was the “Sparta of the North”, a militarized fusion of royal bureaucracy and landed aristocracy.*”, após o Congresso de Viena, galgou maior proeminência entre os outros reinos germânicos, muito em virtude de seu incremento territorial, muito em função de suas reformas organizacionais internas, encetadas após a derrota para Napoleão, em 1806.

10 A Batalha de Austerlitz, de 1805 é considerada uma das maiores vitórias de Napoleão Bonaparte. A Áustria, unida em coalizão com a Rússia, foi derrotada, o que permitiu a criação da Confederação do Reno, uma coleção de Estados alemães destinados a criar uma zona tampão entre a França e a Europa Central. Em 1806 o Sacro Império Romano-Germânico deixou de existir quando o imperador Francisco II deixou Francisco I da Áustria como seu único título. Em reação e preocupada com a crescente influência francesa no continente, a Prússia desencadeou outra guerra contra os franceses em 1806, sendo, contudo, derrotada nas Batalhas de Jena e Auestadt, o que resultou na invasão francesa à Berlim e no refúgio do Imperador Frederico Guilherme III para Königsberg, na Prússia Oriental.

¹¹ Conhecida como Concerto de Viena, após a realização do Congresso na capital austríaca, para definir os rumos da Europa em sua reconstrução pós-período napoleônico.

¹² Uma união pouco coesa de Estados alemães soberanos e cidades livres foi criada em 1815 no Congresso de Viena. Inicialmente, contava com 41 e no final com 33 membros. O objetivo da confederação era, sobretudo, preservar a segurança interna e externa de todos os seus países membros. A Confederação possuía um único órgão, a Dieta, sediada em Frankfurt Am Main. Com as disputas entre Prússia e Áustria, que ocasionaram em guerra em 1866, a confederação foi dissolvida.

¹³ Família dinástica que governava a Prússia, desde 1701, e, posteriormente, o Império Alemão, até 1918.

A Prússia incorporou territórios germânicos a oeste, no Vale do Ruhr, formando uma área de influência geograficamente descontínua. Com forma de integração e aproveitamento desse espaço, instituiu uma política tarifária comum para facilitar o comércio intra e extrarreinios. Pela integração comercial, os *Hohenzollern* buscavam expandir seu espaço econômico, corrigindo suas precariedades econômicas: uma política tarifária múltipla e deficiente, sua falta de conectividade a mercados externos e a diversidade monetária, que afetava as trocas e a acumulação de capital. Dessa forma, conseguiria obter o desejado aumento da arrecadação tributária e o incentivo à produção interna.

O ano de 1818 pode, então, ser considerado um marco no processo de formação de um espaço econômico coerente. Até então, o nacionalismo estava vinculado a premissas liberais. Corrente nacionalistas voltadas ao protecionismo consideravam a tarifa demasiadamente liberal, portanto, prejudicial à constituição de um mercado nacional. Em 1834, essa perspectiva consolida-se, o que leva à criação de uma União das Zonas Aduaneiras dos reinos, o *Zollverein*¹⁴, como defendiam alguns ícones da Escola Histórica Alemã, dentre os quais se destaca Friedrich List. Com essa união aduaneira, foram facilitadas as trocas comerciais e se estendeu ainda mais o poder econômico prussiano pelos territórios germânicos.

O *Zollverein* aproximava comercial e politicamente os territórios tedescos, aumentando a influência prussiana nas áreas fronteiriças. Essa expansão do espaço econômico prussiano atingia diretamente os interesses imperiais austríacos, detentores de uma lógica hegemônica própria que não aceitava a unificação sob a liderança *Hohenzollern*.

Os levantes liberais de 1848 vieram tornar ainda mais complexa a disputa pela supremacia no espaço germânico. As duas casas dinásticas, com o objetivo de manutenção da estrutura de poder, tentaram repelir as forças democráticas, que reivindicavam reformas liberais modernizantes.

Avesso a mudanças políticas e ante o aumento da pressão de grupos modernizantes, o setor dominante prussiano adotou uma estratégia conservadora como forma de conter ímpetus revolucionários, então presentes nas idéias liberais. O Estado procurou abortar as transformações universalistas e democráticas reivindicadas em 1848 pelo esvaziamento da agenda liberal, ao cooptar a burguesia comercial emergente para efetivar sua modernização,

¹⁴ *Zollverein* era a união aduaneira, criada em 1834 e inspirada na ideias protecionistas do economista político Friedrich List, entre os diversos reinos germânicos, com o intuito de potencializar o comércio regional e ampliar a influência de seu líder comercial, a Prússia, naqueles territórios, o que resultou no embrião da futura unificação alemã.

nos moldes do conservadorismo. A intenção era empreender mudanças conjunturais sem efetivas alterações estruturais, conforme desejado pelas classes dominantes.

Barrington Moore Jr., baseado na relação entre o desenvolvimento das forças sociais e os regimes políticos, sustenta que a “modernização pelo alto” ocorreu devido ao fato da burguesia no território alemão ter abdicado do direito de governar em troca do direito de lucrar (MOORE JR., 1966: p. 437):

Marx and Engels in their discussion of the abortive 1848 revolution in Germany, wrong though they were on other major features, put their finger on this decisive ingredient: a commercial and industrial class which is too weak and dependent to take power and rule in its own right and which therefore throws itself into the arms of the landed aristocracy and the royal bureaucracy, exchanging the right to rule for the right to make money.

O apoio estatal aos bancos, por meio de garantias e medidas favoráveis de redesconto, e às exportações, pela proteção dos produtores agrícolas e aos artesãos alemães, bem como o elevado investimento nas indústrias pesadas para a expansão das rodovias, em parte beneficiadas pela bem-sucedida importação de tecnologia estrangeira, trouxeram a classe burguesa para mais perto do Estado.

A partir da década de 1840, começou-se a delinear o projeto alemão de industrialização voltado a reduzir seu atraso relativo frente às outras potências, sobretudo à pioneira Grã-Bretanha, haja vista a crise gerada nos mercados alemães, ainda em níveis artesanais, a entrada de manufaturas estrangeiras. Em meio à competição feroz da produção em massa britânica, os comerciantes alemães requerem proteção, o que é feito, principalmente, por meio de políticas tarifárias nacionalistas, voltadas a proteger o mercado interno, como defendiam os economistas nacionalistas da Escola Alemã, como Friedrich List.

Contudo, a aparente desvantagem inicial, com o tempo, passou a ser positiva para a industrialização alemã. A característica tardia precisa ser relativizada e melhor detalhada, uma vez que ela não corresponde a outros processos retardatários, muito menos possui uma conotação negativa ou mesmo significa uma desvantagem. Na verdade, esse atraso relativo possui particularidades que necessitam de uma análise mais apurada.

III. O atraso relativo da industrialização alemã

Apesar do relativo isolamento, ou falta de conectividade, no início do século XIX, da Prússia com os mercados dinâmicos europeus, ao longo das décadas dezenovecas, esse

panorama alterou-se, sobretudo com a incorporação dos territórios germânicos a leste do Reno, no Vale do Ruhr. Dessa forma, primeiramente, há que se apontar que, a despeito da posição retardatária, a localização geográfica dos reinos germânicos favorecia sua inserção mais rápida na economia continental. Situados no coração da Europa e banhados por dois importantes rios, o Reno e o Elba, os produtos alemães não tiveram dificuldade em circular pelo mercado consumidor, sobretudo após o incremento das ferrovias.

Além disso, o reino prussiano, líder no processo industrializante, desde o século XVIII, já havia realizada algumas reformas importantes, como a educacional e a administrativa, o que favorecia o progresso. Braga sintetiza as duas características para mitigar o sentido do atraso (BRAGA, 1999: p.192):

Não há dúvida que o desenvolvimento dos estados germânicos visava superar o atraso industrial relativo frente à economia inglesa. Contudo, o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pela Prússia desde o século XVIII a partir de um desígnio imperial não era desprezível e, como tal, relativiza o mencionado atraso. Nunca se deve esquecer que a Alemanha ocupava uma posição imperial na rede europeia de poder, o que correspondia, então, a sinônimo de poder mundial.

Braga ainda introduz um terceiro fator ao comparar as diferenças da Alemanha ante o poder hegemônico no século XIX e os países subdesenvolvidos frente às potências do século XX. Para ele, há que se falar em posição desvantajosa, porém, não em subdesenvolvimento. Ao contrário do que ocorreu no processo de industrialização em países periféricos em relação à Europa, o célere alcance da condição de potência pela Alemanha partiu de uma base pré-industrial ou protoindustrial¹⁵, ainda que menos desenvolvida no tocante à britânica. Assim, há que se ter cuidado ao esperar que as medidas tomadas pelo capitalismo alemão tenham efeitos imediatos e indiscutíveis em outras experiências nacionais, como ocorreu nas modernizações periféricas do século XX¹⁶ (BRAGA, 1999: p.192):

Mesmo o atraso alemão frente à Inglaterra industrializada deve ser relativizado. Nesse sentido, o surgimento da Alemanha como potência capitalista industrializada, na segunda metade do século XIX, não corresponde a uma transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, com o que suas lições para os

¹⁵ Protoindustrialização é uma expressão utilizada por Jan de Vries para designar as bases pré-industriais já existentes nos países continentais europeus. Na visão do autor já havia um considerável nível de demanda nestes países que viabilizou efeitos mais rápidos em relação ao fenômeno da oferta, causado pela Revolução Industrial. Há que se ressaltar que, apesar da organização pré-existente nem todos os países do continente galgaram o mesmo sucesso da Alemanha. (DE VRIES, Jan. "The Industrial Revolution and the Industrious Revolution", *Journal of Economic History*, (54) 1994, pp. 249-70.)

¹⁶ Autores que partem de uma perspectiva desenvolvimentista institucionalista, como o sul-coreano Chang em CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.

subdesenvolvidos do século XX estão longe de ser imediatas, ainda que seu capitalismo organizado possa inspirar políticas nos países periféricos.

As peculiaridades do capitalismo alemão dificilmente poderiam ser copiadas em outros países. Para Gerschenkron, a Alemanha era o caso de um atraso moderado, pois ela se distinguia do panorama geral dos países de industrialização tardia, até mesmo daqueles processos europeus continentais e contemporâneos. Na concepção do autor, o sucesso da modernização dependia da capacidade do Estado reagir às mudanças e da coesão ideológica dentro da sociedade. Com isso, delineia os desafios típicos dos processos tardios (GERSCHENKRON, 1962: p. 8):

The typical situation in a backward country prior to the initiation of considerable industrialization processes may be described as characterized by the tension between the actual state of economic activities in the country and the existing obstacles to industrial development, on the one hand, and the great promise inherent in such a development, on the other.

Os obstáculos, no caso alemão, começaram a ser derrubados por meio de uma política fiscal unificada e da coordenação das políticas monetárias para favorecer as trocas e a acumulação de capital. O desenvolvimento e o sucesso do *Zollverein*, favorável à substituição de importações, e da assunção do monopólio de emissão de papel-moeda pela Prússia, que unificou a moeda, possibilitaram certa estabilidade monetária no padrão prata que viabilizou o investimento em reformas estruturais.

A estabilidade monetária fortaleceu o setor bancário que, contando com a cooperação estatal, exerceram um papel fundamental nessa dinâmica ao corrigirem a escassez de capital na economia alemã. Com maior oferta de capital e aumento do padrão de vida, bem como com a existência de habilidade técnica, a Alemanha ficou próxima do ponto de sustentar uma Revolução Industrial.

Nesse aspecto, Gerschenkron, além de relativizar o atraso alemão, o vê como positivo e ressalta o desenvolvimento de suas particularidades (GERSCHENKRON, 1962: p.16):

Germany thus had derived full advantages from being a relatively late arrival in the field of industrial development, that is to say, from having been preceded by England. But, as a result, German industrial economy, because of specific methods used in the catching-up process, developed along lines not insignificantly different from those in England.

Dentre os métodos específicos distintos da industrialização britânica, cabe destacar o papel dos bancos nesse panorama, que para além do comércio financeiro e creditício, estas

instituições supriram as necessidades financeiras e empresariais da indústria, conforme será analisado adiante.

IV. O papel dos Bancos na industrialização alemã

Em um contexto de oferta abundante e elástica da força de trabalho e de escassez de capital, os ganhos comerciais dentro da união alfandegária e a política econômica estatal favorável possibilitaram aos bancos um duplo papel: o de investidor a projetos arriscados no longo prazo e o de varejo financeiro, diferentemente do que ocorria na Grã-Bretanha, por exemplo. A industrialização na Inglaterra não contou com bancos de investimento de longo prazo, mas com a acumulação de capital decorrente dos ganhos na balança comercial, na moderna agricultura e na própria indústria, elementos que proporcionaram posteriormente o investimento de longo prazo necessário para o futuro desenvolvimento industrial britânico.

Richard Tilly destaca a importância dada pela literatura especializada aos bancos, sobretudo após a unificação territorial (TILLY, 1989: p. 181):

(...) the historical literature attributes to the banks a positive and significant contribution to Germany's economic development in the nineteenth century. This contribution consisted in the financing of risky investments, particularly in the heavy industry, and included entrepreneurial feats as such as the formation of new enterprises, the implementation of mergers, and the organization of cartels. It is surprising, but nevertheless interesting, that recent work (...) suggests that the German institutional arrangements for capital market finance of risky industrial investments were significantly more effective in the 1870-1913 period than those of Great Britain at the same time.

No caso alemão, os bancos eram atraídos pelo Estado que direcionava os investimentos para empreendimentos arriscados e para certas linhas prioritárias de produção, concentrando-se nestas e negligenciando todas as outras. Até a eclosão da I Guerra Mundial, os setores desenvolvidos incluíam carvão, ferro, aço, engenharia elétrica e geral e química pesada, enquanto, as indústrias têxteis, de couro e de alimentos eram relegadas a investimentos periféricos.

Os bancos alemães passaram a ser considerados como universais, pois mesclavam empréstimos de longo e de curto prazo, bem como o varejo de bancos comerciais, ampliando o rol de atuação bancária normal em outros países. Essa intervenção na estrutura organizacional da indústria estendeu-se para todos os níveis da linha de produção, criando

uma relação siamesa entre bancos e indústrias. Gerschenkron explicita a intimidade umbilical desenvolvida (GERSCHENKRON, 1962: p. 14):

A German bank, as the saying went, accompanied an industrial enterprise from the cradle to the grave, from establishment to liquidation throughout all vicissitudes of its existence. Through the device of formally short-term but in reality long-term current account credits and through development of the institution of the supervisory boards to the position of most powerful organs within corporate organizations, the banks acquired a formidable degree of ascendancy over industrial enterprises, which extended far beyond the sphere of financial control into the entrepreneurial and managerial decisions.

Fomentadores da indústria nascente, estrategicamente escolhida e devidamente protegida da concorrência externa, os bancos fundiram-se a determinados setores industriais em uma relação siamesa, o que aumentou sua concentração e seu poder político. A influência dos bancos na indústria passou a contagiar as instâncias de decisão da produção e da atividade empresarial. Diretores dos bancos ocupavam elevados postos nos conglomerados industriais e também na administração pública, formando parte da elite política do Império, voltada para o interesse de expansão do capital e dos bancos.

O apoio dado a setores estratégicos fortaleceu determinadas indústrias a ponto de elas fundirem-se e formarem grandes conglomerados, com elevado poder concorrencial em seus mercados, enquanto que se negligenciava a agricultura, o crédito mobiliário e os pequenos negócios, como cooperativas.

De acordo com Clapham (CLAPHAM, 1921: p. 389-390), até 1846, o sistema bancário alemão era ineficiente e disperso em pequenos bancos e companhias de comércio. A partir da fundação do Banco da Prússia, esse panorama mudou. Entre 1850 e 1871 foram criados 25 dos 33 bancos então existentes, com o beneplácito dos prussianos. Com o fortalecimento do sistema de bancos, garantido pelo Reino da Prússia, as instituições mais eficientes ganharam destaque e fatias significantes de mercado, o que se desdobrou em concentração de empresas.

Rudolf Hilferding caracteriza o processo que envolveu o fortalecimento dos bancos e a dependência da indústria a estes como reflexos das relações de propriedade, formando assim o que ele conceitua o capital financeiro (HILFERDING, 1985: p. 219):

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário- de capital rendoso- e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa

forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais.

Os oligopólios da economia alemã ditavam a tendência da economia germânica, protecionista, com um sistema bancário altamente concentrado, a partir dos 4 Ds (Deutsche e Dresden, sendo estes dois criados após a unificação, e Discount e Darmstadt, fundados ainda entre 1850 e 1870), seguidos por outros bancos de menor envergadura. Rudolf Hilferding, ao analisar essa dinâmica, chega a dar uma ênfase excessiva ao papel do capital bancário: “*tomar posse de seis grandes bancos de Berlim significaria tomar posse das mais importantes esferas da indústria de grande porte.*” (HILFERDING, 1985: p.14)

Fortes e ambiciosos, os bancos, interessados na expansão do capital, defendem a entrada da Alemanha no padrão libra-ouro, o que veio a ocorrer logo após as guerras de unificação. Em 1873, a lei monetária cria o marco baseado no padrão ouro, eliminando o táler e outras moedas. As íntimas conexões dos bancos e do governo alemão com o capital britânico favoreceram a adesão, pois, a despeito de rivalidades geopolíticas, a conveniência econômica preponderou, numa fusão pragmática na busca de ambos por poder e riqueza. Embarcar no projeto de hegemonia financeira dos britânicos significava também a forma encontrada de quitar as dívidas dos financiamentos de guerra junto aos bancos ingleses.

Nessa dinâmica, em 1875, é criado o *Reichsbank*, o banco central nacional, que absorve o Banco da Prússia, que até então exercia esta função, e concentra as reservas de ouro do Império, bem como as remessas provenientes das indenizações de guerra pagas pela França. Com a consolidação do sistema monetário, a Alemanha praticou uma política econômica autônoma, sem a estrita vinculação à ortodoxia do padrão ouro, voltada às prioridades nacionais e do capital financeiro. Braga resume a inserção da Alemanha no padrão monetário mundial (BRAGA, 1999: p. 200):

Através desse sistema bancário configurou-se o padrão dinheiro-de-crédito, que comandava a oferta monetária e o crédito sem a necessária obediência aos automatismos pressupostos no padrão ouro, pelos quais a expansão monetário-creditícia só surgia em função da disponibilidade de reservas de ouro em cada nação.

Nesse cenário, mesmo a Grande Depressão¹⁷ que circundou as últimas décadas do século XIX não comprometeu o desenvolvimento do capitalismo alemão. Ao contrário, influenciou em seus rumos ao chamar a atenção dos capitalistas para os perigos de uma economia desregulada, cuja superprodução poderia acarretar na queda das taxas de lucro. A partir desse momento, tornou-se ainda mais evidente na Alemanha a importância dos cartéis, como instrumento de proteção ante os arroubos do mercado. Braga cita a relação simbiótica entre bancos e indústrias para ilustrar a preocupação dos capitalistas, refletida na sociedade e no sistema jurídico alemão, que pressionavam pela formação de cartéis (BRAGA, 1999: p. 201):

O fato de possuírem os bancos volumes elevados de ações das empresas levava também a pressões, por parte dos banqueiros, para que firmasse acordos de cartelização. Tão profunda é esta característica, que chegou a se tornar lei em 1910, quando o parlamento aprova legislação sobre cartel compulsório para as firmas de potassa, ameaçadas pela competição autodestrutiva.

Gerschenkron complementa a análise, acrescentando a concentração bancária como elemento condutor do movimento de cartelização na Alemanha (GERSCHENKRON, 1962: p. 15):

The momentum shown by the cartelization movement of Germany industry cannot be fully explained, except as the natural result of the amalgamation of German banks. It was the mergers in the field of banking that kept placing banks in the position of controlling competing enterprises. The banks refused to tolerate fratricidal struggles among their children. From the vantage point of centralized control, they were at all times quick to perceive profitable opportunities of cartelization and amalgamation of industrial enterprises.

A centralização dos setores industriais alemães foi tornando o processo ainda mais complexo, visto que a relação entre bancos e indústrias começou a inverter-se, obtendo os conglomerados industriais capacidade de criar seus próprios bancos, organismos de financiamento. Dessa forma, durante a conclusão da última etapa da industrialização na Alemanha, no limiar do século XX, industriais e banqueiros relacionavam-se em condição de igualdade¹⁸, quando não havia a precedência daqueles, como demonstra Gerschenkron (GERSCHENKRON, 1962: p. 21):

¹⁷ Grande Depressão abrangeu a crise iniciada em 1873 que se estendeu até 1896 e atingiu mais os lucros, sobretudo das empresas britânicas, do que a produção industrial. No entanto, levantou suspeitas em relação ao capitalismo desregulado.

¹⁸ Clapham aponta como exemplo a relação estabelecida entre o conglomerado Krupp e o Dresdner Bank (CLAPHAM, 1921: p. 394)

At the turn of the century, if not somewhat earlier, changes became apparent in the relation between German banks and German industry. As the former industrial infants had grown to strong manhood, the original undisputed ascendancy of the banks over industrial enterprises could no longer be maintained. This process of liberation of industry from the decades of tutelage expressed itself in a variety of ways. Increasingly, industrial enterprises transformed connection with a single bank into cooperation with several banks. As the former industrial protectorates became economically sovereign, they embarked upon the policy of changing alliances with regard to the banks. Many of industrial giant, such as the electrical engineering industry, which could not have developed without the aid and entrepreneurial daring of the banks, began to establish its own banks. The conditions of capital scarcity to which German banks owed their historical position were no longer present. Germany had become a developed industrial country. But the specific features engendered by a process of industrialization in conditions of backwardness were to remain, and so was the close relation between banks and industry, even though the master-servant relation gave away to cooperation among equals and sometimes was even reversed.

Nessa mesma linha de pensamento, Rudolf Hilferding sintetiza a fusão entre bancos e indústria e a relação siamesa que os envolvia (HILFERDING, 1985: p. 219):

É evidente que, com a crescente concentração da propriedade, os proprietários do capital fictício, que dá poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá poder à indústria são cada vez as mesmas pessoas. (...) Vimos como a indústria cai, cada vez mais, na dependência do capital bancário, mas isso não significa de modo algum que os magnatas da indústria também se tornem dependentes dos magnatas do banco. Na medida em que o próprio capital em seu mais alto grau, se torna capital financeiro, o magnata do capital, o capital financeiro, concentra a disposição de todo o capital nacional em forma de domínio de capital bancário. A união pessoal também desempenha aqui um papel importante.

Com isso, em meio à bem-sucedida transformação industrial alemã, percebe-se a relevância do papel dos bancos, que atuaram como fomentadores e tutores da indústria nascente e estratégica para atingirem elevado grau de autossuficiência frente à competição internacional. Assim, a explicação para a evolução do sistema bancário e sua fusão à indústria na Alemanha reside não apenas em fatores econômicos, mas também nas forças políticas e seus reflexos nas instituições, ou seja, na disposição do Estado em se modernizar e expandir sua influência e de seus capitais em âmbito internacional sem ceder à burguesia as rédeas do controle político.

As complexidades deste movimento não se esgotam, todavia, na análise dos bancos. Existe outra peculiaridade do capitalismo alemão, que possui grande vinculação com a dinâmica entre bancos e indústrias, que desempenha função central e que precisa ser analisada, qual seja, os cartéis. Hilferding descreve a importância desse movimento na dinâmica capitalista (HILFERDING, 1985: p. 219): “Com a formação de cartéis e trustes, o

capital financeiro alcança seu mais alto grau de poder, enquanto que o capital comercial sofre a sua mais profunda degradação. Completou-se um ciclo do capitalismo.”

V. Os Cartéis no capitalismo alemão

Os cartéis são uma forma de organização dos agentes econômicos, com o intuito de coordenar a política econômica de determinado mercado, equilibrando-o ou controlando-o. Em um modelo teórico liberal de economia o cartel é uma forma imperfeição que afeta a livre concorrência, diminuindo o nível de bem-estar da sociedade, criando barreiras para a inovação tecnológica e alocando os recursos de forma ineficiente. Os cartéis ganharam, principalmente após 1945, uma conotação pejorativa, como se fosse um câncer no sistema econômico que levasse a distorções políticas. Sua imagem esteve associada a Estados autoritários e fascistas do período pré-guerra, como Alemanha e Japão. Uma das principais medidas tomadas pelos aliados nos dois países foi a reforma da legislação concorrencial, voltada a combater as práticas destorcidas de mercado.

Os cartéis foram mundialmente associados a um modelo antiliberal, autoritário e belicista do governo alemão, sobretudo o nacional-socialista, o que em uma análise elaborada não se sustenta, pois os monopólios não são exclusividade do capitalismo alemão, ainda que tenha desempenha um importante papel para sua modernização.

Antes de 1945, sobretudo durante de 1880 a 1910, o cartel era visto, no entanto, como uma garantia, uma proteção aos arroubos da livre concorrência (CLAPHAM, 1921: p. 309). Economistas como Gustav Von Schmöller e Robert Liefmann demonstravam sua inquietude frente ao desemprego oriundo do fechamento de firmas e aos prejuízos causados pelo livre comércio. Os cartéis em sua concepção serviriam para proteger não apenas os grandes conglomerados, mas também as firmas pequenas e ineficientes, conferindo-lhe poder de barganha junto às grandes, o que geraria uma democracia industrial (KREPS, 1945: p. 227).

Nesse mesmo sentido, Hilferding situa os cartéis como solução para momentos de crises econômicas, vivia-se o contexto de depressão e oscilações, ainda que de efeitos e proporções distintas em cada país, no final do século XIX. Apesar de não afastá-las, a concentração teria o condão de atenuar as consequências deletérias, o que criava uma tendência cartelizante, pois os mais atingidos seriam as indústrias não cartelizadas, independentes. O autor sintetiza a relação entre cartéis e crises (HILFERDING, 1985: pp. 279-280):

Portanto, os cartéis não suprem os efeitos das crises. Modificam-nas na medida em que descarregam o peso da crise nas indústrias não cartelizadas. A diferença da taxa de lucro entre indústrias cartelizadas e não cartelizadas - que em média é tanto maior quanto for mais sólido for o cartel e quanto mais garantido for seu monopólio - torna-se menor durante a prosperidade e maior durante a depressão. O cartel pode ser capaz de manter, por mais tempo, o lucro durante o primeiro momento da crise e da depressão, do que as indústrias livres, e agravar para estas o efeito da crise. Por isso, essa circunstância não é insignificante, porque, exatamente durante a crise e os primeiros momentos depois dela, a situação dos industriais é a mais difícil, e sua autonomia, a mais ameaçada. O fato de precisamente nesse período elas não receberem nenhuma facilidade por parte da política de cartel pela redução de preços de suas matérias-primas é um fator significativo para o agravamento da situação nas indústrias não cartelizadas e para a mais rápida concretização da concentração.

Assim, o movimento cartelizante passou a ser necessário e aceito como parte da racionalidade da organização econômica, refletindo não apenas internamente, mas na atuação externa das empresas e do Estado alemão, que também celebravam acordos de regulação de cartéis internacionais (CLAPHAM, 1921: p. 390). Seus dois principais objetivos eram a manutenção dos preços a níveis remunerativos completos e mitigar as instáveis oscilações de preços de determinados produtos considerados estratégicos.

Instrumentos, como a política de incentivo aos cartéis, foram amplamente utilizados durante o Império Alemão, por vezes como forma de favorecer as empresas e a produção e, assim, conter a ebulição social no país, por vezes como fator de equilíbrio de mercado e de fomento à competitividade externa. Conceito exatamente oposto àquele utilizado pelos liberais clássicos, como Adam Smith.

A peculiaridade do capitalismo alemão residia em sua natureza contrarrevolucionária, diferentemente do que ocorreu na França. As necessidades do capital financeiro e a ideologia da modernização industrial, aparentemente conflitivas, foram compatibilizadas e transformadas em uma nova ideologia, distinta da liberal, conforme explica Hilferding (HILFERDING, 1985: p. 314):

Essa ideologia é, porém, completamente oposta à do liberalismo; o capital financeiro não quer liberdade, mas dominação; não tem interesse pela autonomia do capital industrial, mas exige seu atrelamento; detesta a anarquia da concorrência e quer a organização, certamente apenas para poder retomar a concorrência numa escala mais alta. Mas para impor isso, para manter e ampliar sua superioridade, precisa do Estado que lhe assegure mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros.

De acordo com os dados apresentados por Clapham (CLAPHAM, 1921: p. 311), antes de 1870 havia apenas o registro de 6 cartéis. Até 1877, foram criados mais 14. Após o

estabelecimento de uma política tarifária protecionista da concorrência externa, em 1879, mais 76 foram instituídos até 1885. A partir da consolidação do movimento cartelizante, mais 120 cartéis nos cinco anos posteriores. Ao final do século XIX, chegou-se a marca de mais de 350 cartéis, dos quais alguns fracassaram, permanecendo ainda o número impressionante de 275 nas primeiras décadas do século XX. Dentro de cartéis mais dinâmicos como os de aço e carvão, verificavam-se ainda negociações, competição interna e inovação tecnológica (KREPS, 1945: p. 229).

Mais do que uma política estatal planejada, a formação de cartéis na Alemanha seguiu a tendência concentradora de seu capitalismo, fomentada pela fusão entre bancos e indústrias, e atendeu a interesses pragmáticos e momentâneos do governo e das classes mais conservadoras ante a competição externa e o avanço dos social-democratas. Hilferding resume o significado da cartelização (HILFERDING, 1985: p. 218):

A cartelização significa também maior segurança e uniformidade do rendimento das empresas cartelizadas. São suprimidos os riscos da concorrência que, frequentemente, eram muito perigosos para a empresa industrial. Mas, com isso, sobe a cotação dessas empresas, o que, por outro lado, significa maior lucro de fundador de novas emissões. Além disso, a segurança para o capital aplicado nessas empresas é significativamente maior. Isso permite aos bancos estender mais amplamente o crédito industrial e, dessa forma, participar no lucro industrial em proporções maiores do que até então. Desse modo, pela cartelização, estreitam-se ainda mais as relações entre bancos e indústrias, enquanto, ao mesmo tempo, cabe, cada vez mais, aos bancos a disponibilidade do capital investido na indústria.

Em meio ao progresso industrial e as principais questões democráticas mal-resolvidas, as tensões internas acirram-se, conferindo à Alemanha contornos de um Estado moderno peculiar. A estratégia de sobrevivência social da aristocracia prussiana no controle do Estado influencia nos rumos das políticas interna e externa. A industrialização guiada por setores conservadores favorecia a concentração de capitais nas mãos de poucos grupos, que, com isso, formavam grandes corporações com lucros elevados, em detrimento da classe trabalhadora, o que aumentava as tensões sociais (KOCKA apud CURY, 2006: p.43):

A maior parte das decisões estratégicas sobre a alocação dos fatores de produção era tomada por empresários privados, que utilizavam o lucro e a acumulação de capitais como medidas principais de suas ações. Eles administravam propriedades privadas que se conectavam entre si através dos mecanismos de mercado. O trabalho assalariado, em base contratual, predominava largamente, sendo que as tensões e conflitos entre capital e trabalho moldavam inúmeros aspectos da sociedade alemã.

Dentro de um ambiente político diverso e representante de interesses variados e excludentes, Bismarck tenta transitar em um equilíbrio impossível, cujas tensões se agravaram com a unificação, fazendo concessões e tomando medidas contraditórias, que corroeram sua base de sustentação. Henderson sintetiza as diversas iniciativas voltadas a atender aos variados grupos sociais, como os industriais, os trabalhadores, os defensores da expansão financeira e os aristocratas controladores do Estado (HENDERSON, 1975: p. 207):

After the unification of Germany, Bismarck tried to promote economic expansion and also to alleviate some of social evils brought about by industrialization. At the same time, he sought to strengthen the influence of the central government over the economic development of the nation and to prevent the particularism of some of the German states from holding up the economic and social reforms that he considered necessary. Among this earliest reforms were a reform of currency, the introduction of gold standard and the establishment of a central bank. Next came the attempt to nationalize the railways, the adoption of the policy of protection, the establishment of colonies, the introduction of old-age pensions and a national health scheme.

As reformas alemãs buscavam equilibrar a correlação de forças internas por meio da maior intervenção do Estado. Essa presença estatal refletia também na economia, com a adoção de políticas favoráveis à cartelização. Em 1879, firmou-se uma política protecionista voltada à construção de uma economia nacional eficiente, não vulnerável aos ditames da hegemonia britânica. Os cartéis consistiam alguns tipos, como divisão de mercado, acordo de preços, fixação de volumes totais de produção e divisão dos lucros, e representavam a influência que a política exercia na economia.

Essa interferência entre esferas é tratada por Kreps como *business haute politique*, como ele define (KREPS, 1945: p. 298):

In the absence of an accepted and satisfactory phrase to describe such activity I have used the term "business haute politique" to denote that substantial element of naked power in the business activities of businessmen directed at actual or potential competitors and the outside public by means of which concerted undertakings designed to "regulate disorderly markets," "adjust production to consumption," or "stabilize competitive conditions" are negotiated, modified, and enforced.

A cultura de apoio aos cartéis ganhou espaço e estes passaram a ser garantidos por leis e instituições como tribunais¹⁹. O controle da competição servia para organizar a produção,

¹⁹ Theodore Kreps explicita a relação da sociedade alemã com a fragilidade econômica das empresas frente ao mercado (KREPS, 1945: pp. 300-301):

The experience of Germany in this regard is highly illuminating. In 1873, an association of Bavarian Kiln owners," formed for the purpose of "checking the decline of their industry by regulation of production and prices" brought suit against a producer who sold more than his quota. The Bavarian Supreme Court which

sem o perigo de sucumbir a crises externa. Kreps cita ainda a forma de concentração de setores estratégicos, como o ferro e o aço, que seguia regras, cuja efetividade era garantida por multas e penas de privação da liberdade (KREPS, 1945: p. 301):

The iron and steel code, for example, required the filing of base prices with a waiting (or intimidation) period, established uniform price calculating formula, allowed sales to be made only through distributors selected according to standards established by the code authority, maintained resale prices, fixed production quotas, prohibited the introduction of new productive capacity, and was enforced by a federal statute which carried the penalty of fine and imprisonment.

Essa intervenção gerava consequências não apenas internas, como a manutenção do nível de produtividade e o fortalecimento das empresas internas, mas também externas, pois possibilitavam aos produtos e ao capital nacional extrapolar suas fronteiras econômicas e levar ao jogo imperialista a bandeira alemã. Kreps ressalta esse lado da economia do *business haute politique* (KREPS, 1945: p. 306):

Business haute politique thus not only runs far beyond political or national boundaries but crosses normal economic boundaries as well. For economic factors might limit the scope of concerted business patterns of action to a single commodity or include, at most, its significant substitutes, together with items jointly produced. But in the international chess game of business haute politique not only individual companies and plants but entire industries and even governments are at times but pawns.

Nessa mesma linha de raciocínio, Koch expõe a vantagem dos cartéis, como instrumentos de coordenação econômica, e aponta para seus efeitos de concentração de poder

validated the agreement held that it would be: (. . .) *incumbent upon prudent business men belonging to a branch of industry which is suffering from a depression to get together and enter into agreements regulating the ways and means of operating their industry with a view to promoting recovery. a depressed trade yielding little or no profit will immediately react adversely on the wage level and must eventually lead to the shutting down of plants or the curtailment of their operations, thus causing serious injury to the workers employed therein. Overproduction is disastrous for an industry, especially when market price drops below production cost so that every effort to eliminate overproduction is directed at an economic evil and is, therefore, to be commended. Since the individual producers are power-less to restore the proper balance between supply and demand by limiting their own output, the only way to bring about such result is for them to combine and agree on such limitation.*

Some years later the German Supreme Court stated in the famous Saxon Woodpulp Manufacturing case: *When the prices of the products of an industry fall to an unreasonably low level and the profitable operation of the industry is thereby endangered or made impossible, the resulting crisis is detrimental not only to the individuals affected, but also to the national economy as a whole.*' (Bavarian Supreme Court, Apr. 7, 1878, in Decisions, Vol. 12, pp. 6, 7). Decisions of the German Supreme Court of June 25, 1890 23 R.G.Z. 244 and of Feb. 4, 1897 38 R.G.Z. 155).

sob as rédeas de grandes conglomerados, ressaltando a necessidade de sua regulação (KOCH, 1945: p. 139):

(2) Cartels are indispensable instruments of economic coordination, where they serve to restore and maintain the equilibrium between production and demand to the benefit of both, producers and consumers. (3) The concentrated economic power of organised industrial groups, however, “if not carefully controlled, may lead nationally to a sort of industrial feudalism, and internationally to a trading system increasingly dominated by agreements between powerful national groups.

O controle legal e o gerenciamento de cartéis passam por sua aceitação pela opinião pública, em contextos nos quais prevalece a proteção sobre uma possível alocação perfeita de recursos. Há que se ressaltar, contudo, que a política cartelista não era a panaceia de todos os males econômicos. Assim como havia competição e inovação dentro de alguns agrupamentos, obstáculos à prática econômica também emergiam, mesmo em cartéis menores, nos quais o poder de barganha dos envolvidos se equivalia, como a dificuldade de alcançar acordos e a tendência a ações individualistas, como corrobora Lon Peters (PETERS, 1982: p. 229):

In a climate where cartels were protected by existing commercial law and sanctioned by official opinion, however, enforcement of cartel regulations was much cheaper, as was the initial negotiation of such regulations. Large numbers can be overcome: the Coal Syndicate never had fewer than members, and began with. Heterogeneous cost structures can be nullified by a basing-point price system that places all firms on the same footing; we do, however, find many references to different costs in discussions of the instability of price agreements covering merchant bars. On the other hand, the existence of a small number of producers is no guarantee of stable collusion: the most problematic and unstable submarkets within the Steel Association were characterized by strong antagonisms between two or three large firms, each of which sought special advantages for itself. Perhaps the more areas within which one can bargain, the easier it is to find a solution acceptable to all sides.

Dessa forma, conclui-se que os cartéis não foram fruto de um planejamento estatal induzido, mas sim a consequência da organização dos capitais na economia alemã, que teve o beneplácito e o incentivo do Estado. A cartelização, independentemente dos efeitos causados na economia, atendeu a interesses pragmáticos, do governo e da sociedade, naquele momento histórico, sendo incentivada pela legislação germânica. Nesse sentido, o cartel desempenhou papel fundamental no processo de consolidação da indústria na Alemanha que não pode ser desprezado.

VI. Conclusão

Estudar esta experiência histórica alemã sempre levanta questões acerca do rumo que a política industrial de uma nação deve tomar. O interessante é ressaltar que não existe uma fórmula única de desenvolvimento nacional e cada país possui suas particularidades internas e externas. No caso alemão, sequer houve um planejamento industrial elaborado dos rumos a serem tomados. A modernização econômica sem transformações políticas levou a uma correlação de forças internas que precisam ser permanentemente equilibradas. Nesse sentido, as decisões do Estado alemão seguiam aos interesses pragmáticos e episódicos, sem qualquer traço de continuidade. Apesar disso, a Alemanha, em muito pouco tempo, tornou-se uma das maiores potências industriais do mundo. Seu relativo sucesso econômico foi, contudo, eclipsado pelo fracasso da modernização política.

Ante a complexidade e peculiaridade do caminho alemão, cada autor resalta um aspecto diferente para explicar o desenvolvimento germânico.

Hilferding enfatiza a influência do capital financeiro, fusão entre banco e indústria fomentadora do movimento cartelizante do capitalismo alemão. O autor germânico, com isso, resalta a particularidade do capitalismo alemão frente ao britânico e introduz a noção de território econômico supranacional, local fértil para a reprodução do capital, que fundamentou a ideologia expansionista alemã do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial (HILFERDING, 1985: p. 306):

Portanto, a política do capital financeiro persegue três objetivos: primeiro, a criação do maior território econômico possível. Segundo, este é fechado pelas muralhas do protecionismo contra a concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais. Esses objetivos, porém, entraram no mais agudo confronto com a política econômica que o capital industrial aplicou na Inglaterra com clássica perfeição durante sua exclusiva hegemonia.

Gerschenkron, de foco mais nas ideias e nas instituições, viu na ausência de uma revolução política e no desejo da unificação territorial germânica elementos que viabilizaram um sentimento nacionalista muito mais afável à ideologia da industrialização. Somado ao nacionalismo, as bases pré-industriais prussianas possibilitaram ao Estado reagir mais efetivamente às demandas por industrialização (GERSCHENKRON, 1962: p. 26):

If the spurtlike character of the past century's industrialization on Europe continent is conceived of as the result of specific preindustrial situations in backward countries and if it is understood that pressures for high-speed industrializations are

inherent in those situations, it should become easier to appreciate the oft-expressed desires in this direction by the governments of those countries.

Braga ressalta o aspecto geoeconômico, utilizando-se de um prisma sistêmico que envolve correlação de forças internas e externas. Seu enfoque no casamento simbiótico entre bancos e indústria na Alemanha leva-o a refletir se a inserção externa do país estaria atrelada aos compromissos internacionais econômicos que assumiu (BRAGA, 1999: p. 200):

A razão para o sucesso desse capitalismo organizado era a articulação entre bancos e indústrias, que lhe ampliava o raio de manobra monetário-financeiro e crédito frente ao padrão ouro gerido pelos ingleses, e ao qual a Alemanha estava formalmente vinculada. Dessa perspectiva, devemos indagar: havia uma subordinação alemã ao livre cambismo e à ortodoxia monetária correspondente ao padrão ouro?

Em linha de raciocínio similar, Vânia Cury cita Ellen Wood, para exaltar a condição econômica e criticar a antiquada configuração política da Alemanha, retomando seu processo de formação. Sua visão reside justamente na contradição que envolveu a modernização alemã, êxito econômico e fracasso político (WOOD apud CURY, 2006: p.53):

Na Alemanha, a mais bem-sucedida economia da Europa (pelo menos até a reunificação), uma industrialização rápida e ampla, com um tipo de concentração de capital e forças produtivas que a Grã-Bretanha jamais alcançou, foi realizada, no século XIX, sob os auspícios de um antigo regime, uma monarquia imperial, uma espécie de absolutismo burocrático e uma burguesia subordinada. Aquela mesmo regime foi o introdutor de medidas de bem-estar social e de um avançado sistema de seguridade social, saúde pública e relações industriais. E foi capaz de fazer tudo isso não porque a Alemanha fosse mais “moderna”, democrática ou liberal do que a Grã-Bretanha e a França, nem porque a sua burguesia fosse mais madura ou independente, mas porque o Estado era forte e a burguesia era fraca, dependente da aliança com a monarquia imperial e a velha aristocracia dominante.

Essa contradição entre exuberância econômica e irracionalidade política é mais uma vez ressaltada por Vânia Cury, para afirmar a complexidade da estrutura social e a de poder na Alemanha (CURY, 2006: pp.91-92):

Como ficou demonstrado, a história da industrialização na Alemanha foi também a história da construção do Império Alemão e dos projetos políticos que lhe foram subjacentes. No lugar da Prússia, um entre os mais fracos Estados da Europa, surgiu após o processo de unificação, uma “Prússia-Alemanha” que, sob a liderança de Bismarck, se tornou o mais poderoso e influente país do continente europeu. No lugar de uma economia amplamente assentada sobre a agricultura e o artesanato, havia sido erguida uma sociedade industrial complexa, na qual os novos segmentos de ponta- como a química e a eletricidade- destacavam-se em empresas altamente qualificadas em termos técnicos e organizacionais. No meio dessas grandes

transformações, mantinha-se uma estrutura política que procurava combinar, segundo critérios muito próprios, uma aristocracia agrária em pleno vigor e um projeto de modernização econômica em bases capitalistas.

Geoffrey Barraclough, pelo prisma histórico, resume a trajetória alemã e evidencia o fracasso de seu projeto de poder, como bem resume (BARRACLOUGH, 1984: p. 456):

We stand at the end of a thousand years of history and the German dilemma still remains, the great unsolved problem in the heritage of western Europe.(...) German history , on the contrary, is a story of discontinuity, of development cut short, of incompleteness and retardation.

Diante das diversas visões estruturais acerca da industrialização alemã, é preciso concluir que, além do conturbado aspecto político, sua condição retardatária, os bancos e os cartéis contribuíram para tornar esse processo ainda mais peculiar e complexo, completamente alternativo àqueles ocorridos em seus pares europeus e que, por isso, viria a colocar a Alemanha em uma posição única no sistema internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRACLOUGH, Geoffrey. *The Origins of Modern Germany*. New York, London: WW. Norton & Company, 1984.

BÖHME, Helmut. “Free Trade, 1865: Prussia’s success due to economic strength” IN: PFLANZE, Otto (ed.). *The Unification of Germany, 1848-1871*. The Dryden Press: Illinois, 1979.

BRAGA, José Carlos. “Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado”. IN: FIORI, José Luiz (org.), *Estados e Moedas no desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 191-221.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.

CLAGGET, William e LOESCH, Jeffrey. “Political Leadership and the Development of Political Cleavages: Imperial Germany 1871-1912”. *American Journal of Political Science*. Wiley-Blackwell, 2001, pp. 643-663

CLAPHAM, J.H. Clapham, J.H. *Economic Development of France and Germany*. Cambridge University Press, 1968.

CURY, Vânia Maria. *História da Industrialização no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DE VRIES, Jan. “The Industrial Revolution and the Industrious Revolution”. *Journal of Economic History*, (54) 1994, pp.249-70.

FEAR, Jeffrey. “German Capitalism”. IN: McCRAW, Thomas(Ed.). *Creating Modern Capitalism. How entrepreneurs, companies and countries triumphed in three industrial revolutions*. Cambridge Press: London, 1999.

FRIEDEN, Jeffry. *Capitalismo Global: história econômica e política do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

GERSCHENKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1962.

HAJO, Holborn. *A History of Modern Germany, 1840-1945*. New Jersey: Princeton University Press, 1982.

HENDERSON, W. O. *The Rise of German Industrial Power (1834-1914)*. Berkeley, University of California Press, 1975

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. Abril Cultural: São Paulo, 1985.

KOCH, F. E. “Cartels as instrument of international economic organization (public and private legal aspects of international cartels)”. *Modern Law Review*. Maio de 1945, pp. 130-149.

KREPS, Theodore. “Cartels, a phase of business haute politique”. *The American Economic Review*. Vol. 35 nº 2, Maio de 1945, pp. 297-311. Disponível em: <http://www.jstor.org>

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental desde 1750 até a nossa época*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de economia política*. Os Economistas. 2ºed. São Paulo: Nova Cultura, 1986

MICHAELIS, Herbert. “Königgratz, 1866: Defeat of Liberalism and Universalism” IN: PFLANZE, Otto (ed.). *The Unification of Germany, 1848-1871*. The Dryden Press: Illinois, 1979.

MOORE JR., Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy. Lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon Paperback, 1966.

MORTON, Adam. *Unravelling Gramsci*. London: Pluto Press, 2007

PALMER, Alan. *Bismarck*. Tradução de Heitor Aquino Ferreira. Brasília: Editora UnB, 1995.

PETERS, Lon. “Cooperative Competition in German Coal and Steel 1893-1914“. *The Journal of Economic History*. Vol. 42 nº 1. Março de 1982, pp. 217-230.

RITTER, Gerhard. “National State more realistic than federalism” IN: PFLANZE, Otto (ed.). *The Unification of Germany, 1848-1871*. The Dryden Press: Illinois, 1979.

SCHNABEL, Franz. “Federalism preferable to a national State” IN: PFLANZE, Otto (ed.). *The Unification of Germany, 1848-1871*. The Dryden Press: Illinois, 1979.

TILLY, Richard. “Germany”. In: SYLLA, Richard e TONIOLO, Gianni. *Patterns of European Industrialization: the nineteenth century*. Capítulo 9. London and New York: Routledge, 1989.

TREIN, Franklin. “Apontamentos sobre a Política Externa da Alemanha”. IN: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Alemanha: visões brasileiras*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, pp. 323-336.

VEBLEN, Thorsten. *Imperial Germany and the Industrial Revolution*. The Viking Press, New York, 1942.

VIEIRA, Clarice Menezes. A formação do Estado e mercado nacionais alemães: uma perspectiva histórica (Tese de Doutorado em Economia Industrial do Programa de Pós-Graduação em Economia Industrial da UFRJ). Rio de Janeiro, 2006.